

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, EM 3 (TRÊS) SÉRIES DA SANTA VITÓRIA DO PALMAR X ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

SANTA VITÓRIA DO PALMAR X ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 19.917.214/0001-55, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora");

SANTA VITÓRIA DO PALMAR ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.156.217/0001-50, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SVP");

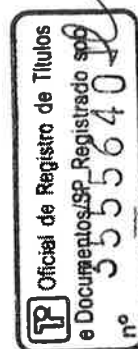
ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.489.312/0001-27, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Atlantic");

ACTIS BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento em participações constituído na forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 9-B da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.686.879/0001-32 ("FIP Actis"), neste ato representado nos termos de seu regulamento;

PATTAC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 231, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.704.755/0001-27 e na JUCEPAR sob o NIRE nº 413.000.774.44, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Pattac" e, em conjunto com FIP Actis, "Acionistas Fiadores Brasileiros");

SANTA VITÓRIA DO PALMAR I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.869.355/0001-40, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE I");

SANTA VITÓRIA DO PALMAR II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.888.311/0001-67, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE II");



SANTA VITÓRIA DO PALMAR III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.869.512/0001-17, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE III");

SANTA VITÓRIA DO PALMAR IV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.888.199/0001-64, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE IV");

SANTA VITÓRIA DO PALMAR V ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.868.433/0001-91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE V");

SANTA VITÓRIA DO PALMAR VI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.944.650/0001-13, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE VI");

SANTA VITÓRIA DO PALMAR VII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.896.691/0001-81, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE VII");

SANTA VITÓRIA DO PALMAR VIII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.941.770/0001-67, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE VIII");

SANTA VITÓRIA DO PALMAR IX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.891.491/0001-36, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE IX");

SANTA VITÓRIA DO PALMAR XI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.593.647/0001-81, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE XI"); e

SANTA VITÓRIA DO PALMAR XII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.586.118/0001-50, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SPE XII" e, em conjunto com SPE I, SPE II, SPE III, SPE IV, SPE V, SPE VI, SPE VII, SPE VIII, SPE IX e SPE XI, "SPEs", sendo SVP, Atlantic, SPEs e Acionistas Fiadores Brasileiros, em conjunto, denominados "Fiadores"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 8, Ala B, Salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora e com os Fiadores, "Partes"),

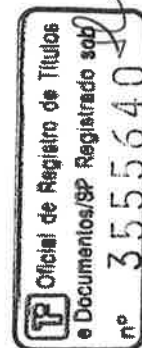
Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A. ("Debêntures" e "Escritura", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das Debêntures ("Emissão") e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de distribuição ("Oferta"), nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), serão realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 06 de janeiro de 2016 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

1.2. A constituição das Garantias e da Fiança, conforme descritas nas Cláusulas 4.1.10.1 e 4.1.10.2 abaixo, conforme o caso, foram aprovadas: (i) pela Emissora, com base na deliberação da AGE; (ii) pela SVP, com base na Assembleia Geral Extraordinária da SVP e da Reunião do Conselho de Administração da SVP realizadas em 06 de janeiro de 2016 ("AGE SVP" e "RCA SVP"); (iii) pela Atlantic, com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Atlantic e da Reunião do Conselho de Administração da Atlantic realizadas em 06 de janeiro de 2016 ("AGE Atlantic" e "RCA Atlantic"); (iv) pelo FIP Actis, com base na deliberação da Assembleia Geral de Cotistas do FIP Actis realizada em 06 de janeiro de 2016 ("AGC FIP Actis"); (v) pela Pattac, com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Pattac realizada em 06 de janeiro de 2016 ("RCA Pattac"); e (vi) pelas SPEs, com base nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias das SPEs realizadas em 06 de janeiro de 2016 ("AGEs SPEs").

1.3. As Garantias conforme definido abaixo, serão compartilhadas entre as debêntures da 1ª emissão da SPE I ("Debêntures SPE I"), as debêntures da 1ª emissão da SPE II ("Debêntures SPE II"), as debêntures da 1ª emissão da SPE III ("Debêntures SPE III"), as debêntures da 1ª emissão da SPE IV ("Debêntures SPE IV"), as debêntures da 1ª emissão da SPE V ("Debêntures SPE V"), as debêntures da 1ª emissão da SPE VI ("Debêntures SPE VI"), as debêntures da 1ª emissão da SPE VII ("Debêntures SPE VII"), as debêntures da 1ª emissão da SPE VIII ("Debêntures SPE VIII"), as



debêntures da 1ª emissão da SPE IX ("Debêntures SPE IX"), as debêntures da 1ª emissão da SPE XI ("Debêntures SPE XI"), as debêntures da 1ª emissão da SPE XII ("Debêntures SPE XII" e, em conjunto com as Debêntures, Debêntures SPE I, Debêntures SPE II, Debêntures SPE III, Debêntures SPE IV, Debêntures SPE V, Debêntures SPE VI, Debêntures SPE VII, Debêntures SPE VIII, Debêntures SPE IX, Debêntures SPE XI, as "Debêntures SPEs").

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR") e publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná e no jornal Indústria e Comércio, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2. A ata da AGE SPV, RCA SPV, AGE Atlantic, RCA Atlantic, RCA Pattac e AGEs SPEs de que tratam os itens (ii), (iii), (v) e (vi) da Cláusula 1.2. acima serão arquivadas na JUCEPAR e publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná e no jornal Indústria e Comércio, e a ata da AGC FIP Actis de que trata o item (iii) da Cláusula 1.2. acima será arquivada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do FIP Actis.

2.1.2. Arquivamento da Escritura de Emissão e de Eventuais Aditamentos

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos e arquivados na JUCEPAR, de acordo com o disposto no inciso II e no §3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, dado que os protocolos na JUCEPAR devem ser realizados no prazo de até 1 (um) dia útil contado da data da assinatura da Escritura ou de eventuais aditamentos.

2.1.2.2. Em virtude da Fiança, conforme definido na Cláusula 4.1.10.2 abaixo, prestada pelos Fiadores em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes das Partes, nos termos do artigo 130, item 3º, da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, sendo certo que o registro da presente Escritura nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes das Partes será condição essencial para a integralização das Debêntures.

2.1.2.3. Após o registro da Escritura e seus eventuais aditamentos, nos termos das Cláusulas 2.1.2.1 e 2.1.2.2 acima, a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura devidamente registrada na JUCEPAR e em cada um dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes em até 05 (cinco) dias úteis contados da obtenção dos respectivos registros.

2.1.3. Registro na CVM

2.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada do registro de distribuição na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos

termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.1.4. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.4.1. A Oferta será registrada na ANBIMA exclusivamente para informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, §1º inciso I e §2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" vigente desde 3 de fevereiro de 2014. Entretanto, o cumprimento da obrigação fica condicionado à expedição de regulamentação específica do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do referido Código até o envio à CVM do encerramento da oferta.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social a geração de energia elétrica, como produtor independente, mediante a exploração específica do Parque Eólico Aura Mirim VIII, destinado à comercialização na modalidade de produção independente de energia; e a implantação, administração e operação de centrais geradoras, obedecidas as normas legais e regulamentares aplicáveis a esse ramo de atividade, nos termos do Edital do Leilão de Energia Elétrica nº 10/2013 e seus aditivos, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Montante da Emissão

3.3.1. O montante total da emissão será de R\$16.300.000,00 (dezesesseis milhões e trezentos mil reais), sendo R\$8.200.000,00 (oito milhões e duzentos mil reais) o montante total da emissão da primeira série das Debêntures ("Primeira Série"); R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) o montante total da emissão da segunda série das Debêntures ("Segunda Série") e R\$6.100.000,00 (seis milhões e cem mil reais), o montante total da emissão da terceira série das Debêntures ("Terceira Série"), na data das respectivas emissões.

3.4. Banco Liquidante e Escriturador

3.4.1. O Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, será o banco liquidante e o escriturador das Debêntures ("Banco Liquidante" e "Escriturador").

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. A Emissora é parte do complexo de Santa Vitória do Palmar, composto por 10 (dez) parques eólicos com capacidade instalada total de 153 MW comercializados no 18º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de

Energia Elétrica – ANEEL e realizado em 13 de dezembro de 2013, conforme Edital de Leilão nº 10/2013-ANEEL – Processo nº 48500.004241/2013-46 (Leilão “A-5”) e 2 (dois) parques eólicos com capacidade instalada total de 54 MW comercializados no Leilão nº 03/2014 – Processo nº 48500.000528/2014-88 (Leilão “A-3”), todos localizados em Santa Vitória do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul (“Projeto”). O Projeto é uma obra financiada no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal.



3.5.2. Os recursos captados: (i) por meio da Emissão das Debêntures da Primeira Série serão integralmente destinados para a quitação integral do valor nominal unitário das debêntures da primeira e segunda séries da segunda emissão da SVP; (ii) por meio da Emissão das Debêntures da Segunda Série serão integralmente destinados para o desenvolvimento e investimentos na Emissora, que foi autorizada por meio da Portaria nº 360, de 22 de julho de 2014, expedida pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Aura Mirim VIII, no Município de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul, com 8.000 kW de capacidade instalada e 3.300 kW médios de garantia física de energia, constituída por quatro unidades geradoras de 2.000 kW, para as quais possua licença ambiental válida e vigente adequada a seu estágio de desenvolvimento ou para as quais a regular implantação e exploração não requeira prévio licenciamento ambiental (“Projeto SPE X”); e (iii) por meio da Emissão das Debêntures da Terceira Série serão integralmente destinados para o pagamento das notas promissórias comerciais da primeira emissão da SVP, para o desenvolvimento e investimento no Projeto SPE X, bem como para reforço de caixa da Emissora.

3.6. Registro para Distribuição e Custódia Eletrônica

3.6.1. As Debêntures serão depositadas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.6.2 e 3.6.4 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.7. Negociação

3.7.1. As Debêntures somente poderão ser negociadas: (i) entre Investidores Qualificados, conforme abaixo definidos; e (ii) depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos investidores, conforme disposto, respectivamente, nos artigos 15 e 13 da Instrução CVM 476 e observado o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da Instrução CVM 476.

3.7.2. São considerados Investidores Qualificados aqueles definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Instrução CVM 539”), quais sejam (“Investidores Qualificados”): (i) Investidores Profissionais (conforme definidos abaixo); (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou

possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam Investidores Qualificados.

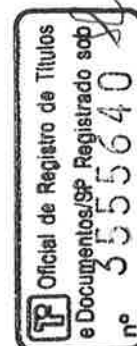
3.8. Distribuição e Colocação

3.8.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos destinadas à Investidores Profissionais, sob o regime de garantia firme de colocação para as debêntures da Primeira Série e da Segunda Série e de melhores esforços de colocação para as debêntures da Terceira Série, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), ocupando uma delas a função de coordenador líder, por meio do MDA, conforme termos e condições do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, sob Regime Misto de Colocação, da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, em 3 (três) séries, da Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.", a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora ("Contrato de Distribuição").

3.8.2. A distribuição pública terá como público alvo Investidores Profissionais. Nos termos do artigo 9º-A da Instrução CVM 539, são considerados investidores profissionais ("Investidores Profissionais"): (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de Investidor Profissional mediante termo próprio, elaborado de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes.

3.8.3. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura, pelo Coordenadores, de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, nos termos da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o §1º do artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.8.4. Cada Investidor Profissional assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM nem perante a ANBIMA, mas que poderá ser registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de envio de informações para base dados até o encerramento da Oferta; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à qualidade e riscos das Debêntures e da Emissora, bem como sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das garantias previstas na Cláusula 4.1.10 abaixo.



3.8.5. Não existirão reservas antecipadas aos Investidores Profissionais, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.8.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.8.7. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP.

3.8.8. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Quantidade de Debêntures

4.1.2.1. Serão emitidas 16.300 (dezesesseis mil e trezentas) Debêntures, sendo 8.200 (oito mil e duzentas) Debêntures na primeira série; 2.000 (duas mil) Debêntures na segunda série; e 6.100 (seis mil e cem) Debêntures na terceira série.

4.1.3. Número de Séries

4.1.3.1. A Emissão será realizada em três séries.

4.1.4. Data de Emissão

4.1.4.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 06 de janeiro de 2016 ("Data de Emissão").

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento

4.1.5.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao final do prazo de 06 (seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se portanto em 06 de julho de 2016 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado previstas nesta Escritura.

4.1.6. Forma e Emissão de Certificados

4.1.6.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.7. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.7.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.8. Conversibilidade e Permutabilidade

4.1.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis e não permutáveis em ações de emissão da Emissora ou de terceiros.

4.1.9. Espécie

4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real e adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.1.10. Garantias

4.1.10.1. Garantias Reais. Em garantia do fiel, integral e imediato cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, a serem assumidas pela Emissora nesta Escritura e nas Debêntures SPEs, proporcionalmente ao saldo de principal das dívidas da presente Emissão e das Debêntures SPEs, são concedidas as seguintes garantias reais ("Garantias"): (i) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes ou relacionados, incluindo, sem limitar, os direitos creditórios, direitos emergentes, de todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes das autorizações da Emissora e das SPEs e dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs da Emissora e das SPEs e que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como das Contas Vinculadas, conforme definido no item (d) da Cláusula 2.1 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, conforme definido abaixo, e dos direitos creditórios sobre a totalidade dos valores a serem depositados e mantidos nas Contas Vinculadas conforme definido no item (d) da Cláusula 2.1 do contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, conforme definido abaixo ("Cessão Fiduciária de Direitos"); (ii) alienação fiduciária das ações de emissão da Emissora e das SPEs detidas pela SVP ("Alienação Fiduciária de Ações"); e (iii) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do Projeto detidos pela Emissora e pelas SPEs ("Alienação Fiduciária de Ativos").

4.1.10.1.1. Garantia Real exclusiva da Segunda Série. O valor proveniente da integralização das debêntures da Segunda Série e das debêntures da segunda série de cada uma das Debêntures SPE serão depositados em uma conta vinculada da Emissora e de cada SPE, conforme aplicável, mantidas no Itaú Unibanco S.A., que serão dadas em garantia exclusivamente aos Debenturistas da Segunda Série da presente Emissão e dos titulares da segunda série de cada uma das Debêntures SPEs ("Segunda Série SPEs"), e nas quais permanecerão retidos, em conjunto, o valor total de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), durante o prazo total da Segunda Série SPEs ou até que sejam observados os procedimentos para utilização e/ou liberação de tal valor a serem determinados no contrato de cessão fiduciária celebrado exclusivamente com relação ao *cash collateral* previsto neste item ("Cessão Fiduciária Cash Collateral") e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos, com a Alienação Fiduciária de Ações e com a Alienação Fiduciária de

Ativos, "Contratos de Garantia"). A garantia objeto da Cessão Fiduciária *Cash Collateral* não garante as Debêntures da Primeira Série ou da Terceira Série, pertencendo exclusivamente os titulares das Debêntures da Segunda Série e aos titulares das debêntures da Segunda Série SPEs.

4.1.10.1.2. Os registros dos Contratos de Garantia nos Cartórios de Títulos e Documentos competentes e a averbação do ônus criado pela Alienação Fiduciária de Ações no Livro de Registro de Ações da Emissora e das SPEs deverão ser realizados no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura de cada um dos Contratos de Garantia, sendo certo que o registro dos Contratos de Garantia e a averbação do ônus criado pela Alienação Fiduciária de Ações no Livro de Registro de Ações da Emissora e das SPEs serão condições essenciais para a integralização das Debêntures.

4.1.10.2. Garantia Fidejussória dos Fiadores. Os Fiadores, por esta Escritura, obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores, e solidariamente responsáveis, observada a limitação estabelecida na Cláusula 4.1.10.2.1 abaixo, nos termos do artigo 275 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), por todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia, incluindo, quando houver, indenizações, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas ("Valor Garantido"), renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil ("Fiança", a qual para todos os fins fica incorporada na definição de Garantias estabelecida na Cláusula 4.1.10.1 acima).

4.1.10.2.1. Nos termos do artigo 823 do Código Civil, a presente Fiança é prestada pelos Acionistas Fiadores Brasileiros de forma parcial e em caráter não solidário entre si e no limite do percentual do Valor Garantido correspondente à sua respectiva participação indireta no capital social da Emissora na presente data, quais sejam: FIP Actis 60% (sessenta por cento) e Pattac 24% (vinte e quatro por cento). No caso de qualquer operação prevista no item "xiii" da Cláusula 5.3.1 abaixo, eventual aumento de sua participação dos Acionistas Fiadores Brasileiros diretamente na Atlantic e/ou indiretamente na Emissora implicará em aumento proporcional em sua obrigação como fiador perante os Debenturistas. A Atlantic, a SVP e as SPEs, por sua vez, prestam Fiança de forma integral, como fiadores, principais pagadores e solidariamente responsáveis, nos termos do artigo 275 e seguintes do Código Civil, por todo o Valor Garantido.

4.1.10.2.1.1. A Emissora compromete-se a informar o Agente Fiduciário, em até 05 (cinco) dias úteis, sobre qualquer alteração na composição societária prevista no item 4.1.10.2.1 acima.

4.1.10.2.2. O Valor Garantido será pago pelos Fiadores, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, em até 2 (dois) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário, emitida nos termos desta Escritura, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de cópia dos comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 1 (um) dia útil contado da data em que o Agente Fiduciário tomar ciência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de

pagamento definida na presente Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções razoáveis recebidas do Agente Fiduciário.

4.1.10.2.3. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer quaisquer medidas executórias, seja no âmbito extrajudicial ou judicial, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

4.1.10.2.4. Os Fiadores desde já concordam e obrigam-se somente a exigir e/ou demandar a Emissora por quaisquer valores honrados nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

4.1.10.2.5. Uma vez vencidas as Debêntures e não pagas pela Emissora, ou caso as Debêntures sejam declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis em razão de qualquer dos termos da Cláusula 5.3 abaixo, a Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

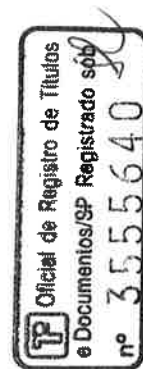
4.1.10.2.6. Todos e quaisquer pagamentos realizados pelos Fiadores em decorrência da Fiança serão realizados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo os Fiadores pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais valores não fossem devidos. Tal previsão inclui quaisquer majorações das alíquotas dos tributos já mencionados existentes.

4.1.10.2.7. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.1.10.2.8. As obrigações dos Fiadores aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-los de suas obrigações ou afetá-los, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

4.1.10.2.9. A Fiança vigorará até o integral pagamento, pela Emissora, do Valor Garantido, nos termos aqui previstos.

4.1.10.2.10. Adicionalmente à Fiança, será prestada garantia fidejussória, em caráter não solidário em relação aos demais Fiadores, pela Servinoga, S.L., sociedade limitada com sede na Avenida de Orense, 1-B, CIF n.º B36301109, na Cidade de Marín (Pontevedra), Espanha, inscrita no CNPJ/MF para fins de registro no Banco Central do Brasil sob o n.º 10.824.702/0001-43 ("Servinoga" e, em conjunto com os Acionistas Fiadores Brasileiros, os "Acionistas Atlantic"), acionista da Atlantic, em favor dos Debenturistas com relação ao percentual do Valor Garantido correspondente à sua participação indireta no capital social da Emissora na presente data, qual seja, 16% (dezesesseis por cento), nos termos de instrumento próprio de lei espanhola denominado



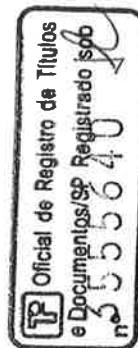
"aval a primer requerimiento" ("Garantia Servinoga"), sendo certo que a validade, eficácia e exequibilidade da Garantia Servinoga será condição essencial para a integralização das Debêntures.

4.1.10.2.10.1. A Emissora compromete-se a informar o Agente Fiduciário, em até 05 (cinco) dias úteis, acerca de qualquer alteração na composição societária prevista no item 4.1.10.2.10 acima.

4.1.10.2.11. Para todos os fins do disposto na Cláusula 4.1.10.2.10 acima, fica estabelecido que os documentos representativos da Garantia Servinoga a ser outorgada pela Servinoga deverão estar devidamente notariados, consularizados e/ou de outra forma devidamente legalizados de acordo com as disposições de apostilamento e registro de documentos estrangeiros aplicáveis, de forma que sejam existentes, válidos e vigentes no Brasil, para todos os fins e efeitos legais, em até 60 (sessenta) dias contados desde a primeira data da subscrição e integralização das Debêntures.

4.1.10.2.12. Tendo em vista que a Garantia Servinoga será regida pela legislação espanhola respectivamente prestada na presente Emissão, fica desde já certo e ajustado que a subscrição, integralização e/ou aquisição das Debêntures pelo respectivo Debenturista importará na ciência e no consentimento por parte de tal Debenturista com relação à necessidade de excussão da presente garantia perante os tribunais espanhóis, pela regência da lei espanhola. Renuncia o Debenturista a quaisquer reclamações, ações e/ou questionamentos perante o Agente Fiduciário (quer seja em âmbito judicial, administrativo ou outro) como a qualquer prejuízo causado pela não adoção da sua excussão pelas leis brasileiras no território nacional. Ao adquirir as Debêntures, os Debenturistas automaticamente se declaram cientes e de acordo com todos os riscos envolvidos na adoção deste procedimento, isentando o Agente Fiduciário de qualquer responsabilidade em relação ao fato.

4.1.10.2.13. Será celebrado nesta data um contrato de suporte de acionistas e outras avenças, por meio do qual os Acionistas Atlantic se comprometem a, diante de eventos a serem determinados do referido documento, realizar aporte(s) de capital na Atlantic, tantas vezes sejam necessárias até o limite previsto no Contrato de Suporte de Acionistas, conforme abaixo definido, limitados às suas respectivas participações no capital social da Atlantic, a qual repassará tais recursos para a SVP, que por sua vez deverá repassar tais recursos para a Emissora e/ou para as SPEs a fim de suprir quaisquer insuficiências de caixa do Projeto, incluindo, mas não se limitando, a compromissos financeiros assumidos para o desenvolvimento do Projeto ("Contrato de Suporte de Acionistas"). Fica desde já estabelecido entre as Partes que, quando da ocorrência de quaisquer dos eventos de aporte relacionados às Debêntures, quais sejam, itens "ii", "iii", "iv" e "vi" da Cláusula 2.6 do Contrato de Suporte de Acionistas ("Aportes"), este apenas será utilizado: (i) após a declaração do vencimento antecipado das Debêntures; e (ii) caso os Acionistas Atlantic não efetuem o pagamento da fiança no prazo previsto na cláusula 4.1.10.2.3 acima e/ou (iii) caso o pagamento da fiança realizado pelos Acionistas Atlantic não seja suficiente para satisfazer integralmente toda e qualquer obrigação, principal ou acessória, decorrente das Debêntures e exaurir todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, quando houver, indenizações, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais. Após a verificação da ocorrência do evento mencionado no item (ii) acima, os Debenturistas se reunirão em Assembleia Geral de Debenturistas para decidir sobre a prioridade entre a utilização do Contrato de Suporte de Acionistas e a excussão das Garantias Reais previstas nesta Escritura. Caso não haja consenso entre os Debenturistas no que tange à decisão mencionada acima, fica desde já estabelecido que



será dada prioridade à utilização do Contrato de Suporte de Acionistas, ou seja, as Garantias Reais previstas nesta Escritura somente poderão ser executadas se: (i) não houver verificação dos Aportes, nos termos e dentro dos prazos previstos no Contrato de Suporte de Acionistas; ou (ii) após a verificação dos Aportes a serem realizados nos termos e dentro dos prazos previstos no Contrato de Suporte de Acionistas, o mencionado Aporte não seja suficiente para satisfazer integralmente toda e qualquer obrigação, principal ou acessória, decorrente das Debêntures e exaurir todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora, nos termos desta Escritura, sendo certo que tal procedimento de excussão será iniciado imediatamente após a não verificação dos Aportes ou a verificação da insuficiência mencionada acima e deverá obedecer o quanto disposto nos respectivos Contratos de Garantia.

4.1.10.2.14. Compartilhamento de Garantias Reais. As Garantias foram compartilhadas entre a presente Emissão e as Debêntures SPEs, com base nas deliberações da AGE e da AGE SPEs, observado o disposto na Cláusula 4.1.10.1.1 acima em relação à Cessão Fiduciária *Cash Collateral*.

4.1.10.2.15. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade previsto nesta Escritura.

4.2. Subscrição

4.2.1. Prazo de Subscrição

4.2.1.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início da distribuição, dentro do prazo de distribuição, de acordo com o disposto no artigo 7º-A da Instrução CVM 476.

4.2.2. Preço de Subscrição

4.2.2.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* de acordo com a Cláusula 4.5.1 abaixo, desde a primeira data de integralização das Debêntures de cada série, observado o disposto na Cláusula 3.6.4 acima.

4.3. Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

4.4. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário

4.4.1. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira e Terceira Série.

4.4.1.2. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira e Terceira Série.

4.4.2. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série.

4.4.2.1. O Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado monetariamente, a partir da primeira data de integralização das Debêntures, pela variação percentual acumulada das Taxas Referenciais, apuradas e divulgadas pelo Banco Central do Brasil ("TR" e "BACEN", respectivamente), cuja data de aniversário será todo dia 06 de cada mês ("Data de Aniversário"), incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série, sendo o produto da atualização monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado pela variação acumulada da TR, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator resultante do produtório das TR's utilizadas entre a data de emissão, início de rentabilidade, incorporação, amortização ou pagamento de atualização, o que ocorrer por último e a data de atualização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left(\frac{TR_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

onde:

n = Número total de TR's consideradas entre a primeira data de integralização das Debêntures, início de rentabilidade, incorporação, o que ocorrer por último, e a data de atualização, sendo n um número inteiro;

TR_k = Taxa Referencial da Data de Aniversário divulgada pelo BACEN entre a primeira data de integralização das Debêntures ou a última Data de Aniversário, conforme o caso, e a data de atualização, sendo certo que TR_k utilizada para o primeiro período será referente ao dia 06 de novembro de 2015;

Dup_k = Número de dias úteis compreendidos entre a primeira data de integralização das Debêntures ou a Data de Aniversário anterior e a data de cálculo, para o primeiro período da TR_k utilizada e a data do cálculo, limitado ao número de dias úteis total de vigência da TR_k, sendo dup_k um número inteiro;

Dut_k = Número total de dias úteis entre a Data de Aniversário anterior e a próxima Data de Aniversário, sendo dut_k um número inteiro.

4.4.3. Fica acordado que o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será atualizado entre a primeira data de integralização das Debêntures e a primeira Data de Aniversário, qual seja, 06 de fevereiro de 2016, pela TR divulgada no dia 06 de novembro de 2015, sendo certo que a partir dessa data será utilizada a TR referente à Data de Aniversário.

4.5. Remuneração

4.5.1. Remuneração das Debêntures da Primeira e Terceira Série.

4.5.1.1. As Debêntures da Primeira e Terceira Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo (“Taxas DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 3,00% (três por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira e Terceira Série, desde a data da primeira integralização das Debêntures da Primeira e Terceira Série até a Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de amortização extraordinária e de resgate antecipado previstas nesta Escritura (“Remuneração Primeira e Terceira Série”).

4.5.1.2. A Remuneração Primeira e Terceira Série será paga integralmente em uma única parcela na Data de Vencimento, na data de eventual vencimento antecipado ou de resgate antecipado, conforme definido na Cláusula 5.2.1 abaixo.

4.5.1.3. A Remuneração Primeira e Terceira Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J valor unitário da Remuneração Primeira e Terceira Série devida, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira e Terceira Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

FatorDI produtório das Taxas DI desde a data da primeira integralização das Debêntures da Primeira e Terceira Série (inclusive) até a data de cálculo da Remuneração Primeira e Terceira Série (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

n número total de Taxas DI consideradas entre a data da primeira integralização das Debêntures da Primeira e Terceira Série e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro;

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até "n";

TDI_k Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}}$$

onde:

DP = número de dias úteis entre a data da primeira integralização das Debêntures da Primeira e Terceira Série, inclusive, e a Data de cálculo, exclusive, sendo "DP" um número inteiro.

Spread = 3,0000 (três inteiros).

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, assim como seu produtório.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.5.1.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora das Debêntures da Primeira e Terceira Série não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDI, a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série e da Terceira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro da Remuneração Primeira e Terceira Série.

4.5.1.4.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial ("Ausência da Taxa DI"), o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a definição dos Debenturistas da Primeira Série e da Terceira Série, em comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração Primeira e Terceira Série em vigor na Data de Emissão. A Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e da Terceira Série (conforme definida abaixo) será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos contados do dia da Ausência da Taxa DI. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura relativas à Primeira Série e Terceira Série, a última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) da Primeira Série e da Terceira Série, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série e da Terceira Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) da Primeira Série e da Terceira Série, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração Primeira e Terceira Série, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série e da Terceira Série.

4.5.1.6. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série e da Terceira Série representando mais de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas da Primeira Série e da Terceira Série, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) da Primeira Série e da Terceira Série, qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série e da Terceira Série, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) da Primeira Série e da Terceira Série, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário da Primeira Série e da Terceira Série, acrescido da Remuneração Primeira e Terceira Série devida até a data do efetivo resgate, calculado *pro rata temporis*, a partir da data da primeira integralização das Debêntures da Primeira Série e da Terceira Série. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração Primeira e Terceira Série aplicável às Debêntures da Primeira Série e da Terceira Série a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada; ou
- (ii) a Emissora realizará a amortização de forma proporcional à totalidade das Debêntures da Primeira Série e da Terceira Série, nos termos do cronograma sugerido na referida Assembleia Geral de Debenturistas, da Primeira Série e da Terceira Série o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série e da Terceira Série. Durante o prazo de amortização das Debêntures da Primeira Série e da Terceira Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração Primeira e Terceira Série continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures da Primeira Série e da Terceira Série, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida pelos Debenturistas da Primeira Série e da Terceira Série reunidos em nova Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) da Primeira Série e da Terceira Série, sendo que a taxa de remuneração substituta deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por Debenturistas da Primeira Série e da Terceira Série representando mais de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série e da Terceira Série em Circulação. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração Primeira e Terceira Série seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

4.5.1.7. Para efeitos de quórum, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

4.5.2. Remuneração das Debêntures da Segunda Série

4.5.2.1. As Debêntures da Segunda Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à taxa equivalente a 13,50% (treze inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Spread Segunda Série"), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado desde a primeira data de integralização das Debêntures ou a data de pagamento da Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Remuneração

Segunda Série” e, em conjunto com a Remuneração Primeira e Terceira Série, a “Remuneração”), calculada de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNa \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração Segunda Série devido ao final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado pela variação acumulada da TR, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \left(\frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{dup}{252}}$$

onde:

i ou Spread = 13,5000 (treze inteiros e cinquenta centésimos por cento); e

dup = Número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo.

4.5.2.2. Na hipótese de elevação na taxa de juros incidente sobre os depósitos em Caderneta de Poupança Livre (pessoa física) (“Cupom de Remuneração”) a um patamar acima de 6,17% (seis inteiros e dezessete centésimos por cento) ao ano, o *Spread* será majorado nos mesmos números de pontos percentuais correspondentes à elevação do Cupom de Remuneração. Caso, após a ocorrência de majoração, ocorra redução no Cupom de Remuneração, o *Spread* será reduzido nos mesmos números de pontos percentuais correspondentes à redução do Cupom de Remuneração, ficando desde já acordado e aceito pelas Partes que tal redução está limitada, em qualquer hipótese, ao valor mínimo de *Spread Segunda Série* equivalente a 13,50% (treze inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano. Para essa alteração deverá haver um evento de incorporação ou pagamento dos juros.

4.5.2.3. A majoração ou redução do *Spread*, conforme o caso, deverá ser comunicada pelo Agente Fiduciário à CETIP, em até 2 (dois) dias úteis contados a partir da ocorrência da majoração ou redução, conforme o caso, do Cupom de Remuneração (“Novo Cupom de Remuneração”). Na hipótese de ocorrência de Novo Cupom de Remuneração, fica desde já certo e ajustado que a Remuneração Segunda Série passará a ser calculada, considerando a majoração ou redução do *Spread Segunda Série*, conforme o caso, após 2 (dois) dias úteis contados a partir da Vigência do Novo Cupom de Remuneração (“Data de Alteração do Spread”) até o efetivo pagamento na Data

de Vencimento (ou na data da liquidação antecipada das Debêntures, resultante dos eventos descritos na Cláusula 5 abaixo).

4.5.2.4. A majoração ou redução do *Spread*, conforme o caso, será formalizada pelas Partes mediante aditamento desta Escritura, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

4.5.2.5. Sempre que houver majoração ou redução do *Spread*, a Remuneração Segunda Série deverá ser calculada da seguinte forma: (i) entre a primeira data de integralização das Debêntures ou Data de Pagamento da Remuneração Segunda Série imediatamente anterior e a Data de Alteração do *Spread Segunda Série* (exclusive), utilizar-se-á o *Spread* vigente até a Data de Alteração do *Spread Segunda Série*, e (ii) a partir da Data de Alteração do *Spread Segunda Série* (inclusive) até a Data de Pagamento da Remuneração Segunda Série imediatamente subsequente, utilizar-se-á a majoração ou redução do *Spread Segunda Série*, conforme o caso, considerando-se o Novo Cupom de Remuneração.

4.5.2.6. Na hipótese de majoração do *Spread*, nos termos da Cláusula 4.5.2.2 acima, fica facultado à Emissora, a seu exclusivo critério, independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate da totalidade das Debêntures da Segunda Série, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures da Segunda Série custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures da Segunda Série que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, observado ainda que: (i) o resgate ocorrerá mediante comunicação dirigida aos Debenturistas da Segunda Série, à CETIP e ao Agente Fiduciário com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos com relação à data do referido resgate; e (ii) não será devida, pela Emissora, aos Debenturistas da Segunda Série, quaisquer montantes a título de multa ou prêmio de qualquer natureza em razão do referido resgate.

4.5.2.7. Se a TR for extinta ou deixar de ser o índice aplicável aos depósitos de poupança, os valores devidos nos termos desta Escritura passarão a ser reajustados pelo índice que vier a ser usado para o reajuste da Caderneta de Poupança Livre (pessoa física). No caso de extinção da Caderneta de Poupança Livre (pessoa física), adotar-se-á, como parâmetro de reajuste das parcelas, o investimento que for expressamente indicado por lei ou pelo Governo Federal para tomar o seu lugar, utilizando-se o índice que for aplicado para esse investimento, ou, na falta de investimento que o substitua, o índice que vier a ser fixado por lei ou pelo Governo Federal ou, ainda na falta de índice fixado por lei ou pelo Governo Federal, o índice que venha a substituir a TR no âmbito das operações no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) tratadas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010 ("Taxa Substitutiva das Debêntures").

4.5.2.8. Caso não haja possibilidade de substituição da TR, nas hipóteses elencadas na Cláusula 4.5.2.7 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) dias úteis, contados da data em que a TR foi extinta ou deixou de ser aplicável, Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Cláusula IX desta Escritura, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Nova Taxa das Debêntures"). Até a deliberação da Nova Taxa das Debêntures, será utilizado, para cálculo do valor da Remuneração Segunda Série, o percentual correspondente à última TR divulgada oficialmente, nos termos da

Cláusula 4.5.2.3. acima, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, da Fiadora ou dos Debenturistas da Segunda Série, quando da divulgação posterior da TR, se houver, observado que, no caso de não haver definição da Nova Taxa das Debêntures nos termos aqui estabelecidos, aplicar-se á o disposto na Cláusula 4.5.5 abaixo.

4.5.3. Em havendo a adoção de Taxa Substitutiva das Debêntures ou da Nova Taxa das Debêntures, conforme o caso, fica desde já certo e ajustado que o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, da Segunda Série será atualizado monetariamente: (i) nos termos da Cláusula 4.4.2.1 acima, desde a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de adoção de novo índice substitutivo, exclusive, e (ii) pela Taxa Substitutiva das Debêntures ou pela Nova Taxa das Debêntures, conforme o caso, a partir da data de adoção da Taxa Substitutiva das Debêntures ou da Nova Taxa das Debêntures, conforme o caso, inclusive, até Data de Vencimento ou a data de pagamento da Remuneração Segunda Série em decorrência do vencimento antecipado das Debêntures ou Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro. A Emissora e os Debenturistas da Segunda Série declaram e reconhecem que a substituição do índice não importará em novação.

4.5.4. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série prevista na Cláusula 4.5.2.8 acima, não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série sobre a definição da Nova Taxa das Debêntures, a Emissora deverá, obrigatoriamente, realizar o resgate da totalidade das Debêntures da Segunda Série, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures da Segunda Série que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, na data em que for constatada tal impossibilidade. Nesta hipótese, a Emissora deverá pagar, aos Debenturistas da Segunda Série, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, o montante equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado desde a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo resgate, utilizando-se, nesse caso, o percentual correspondente à última TR divulgada oficialmente, observado ainda que não será devida, pela Emissora, aos Debenturistas, quaisquer montantes a título de multa ou prêmio de qualquer natureza em razão do referido resgate.

4.5.5. Não obstante o disposto acima, caso a TR venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série de que trata a Cláusula 4.5.2.8, esta não será mais realizada e a TR então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração Segunda Série.

4.5.6. Para fins dessa Escritura, a expressão “Período de Capitalização da Segunda Série” significa o período de capitalização da Remuneração Segunda Série, correspondente ao intervalo de tempo que se inicia na primeira data de integralização das Debêntures, ou da Data de pagamento da Remuneração Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, e termina na Data de Pagamento da Remuneração Segunda Série.

4.5.7. Remuneração Segunda Série será paga integralmente em uma única parcela na Data de Vencimento, na data de eventual vencimento antecipado ou de resgate antecipado, conforme definido na Cláusula 5.2.1 abaixo.

4.6. Repactuação

4.6.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.7. Pagamento do Principal

4.7.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, de cada série será pago integralmente em uma única parcela na Data de Vencimento, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, a partir da data da primeira integralização das Debêntures de cada série até a Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de amortização extraordinária e de resgate antecipado previstas nesta Escritura.

4.8. Condições de Pagamento

4.8.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Banco Liquidante e Escuritador; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2. Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.2. Prorrogação dos Prazos

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.8.3. Encargos Moratórios

4.8.3.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos

serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.8.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a Data de Vencimento.

4.9. Publicidade

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná e no jornal Indústria e Comércio, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

5. AQUISIÇÃO FACULTATIVA, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA OBRIGATÓRIA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Aquisição Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no § 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à Remuneração das demais Debêntures.

5.2. Amortização Extraordinária Facultativa, Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório e Amortização Extraordinária Obrigatória

5.2.1. Amortização Extraordinária Facultativa ou Resgate Antecipado Facultativo

5.2.1.1. A Emissora poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar, mediante pagamento do prêmio estabelecido na Cláusula 5.2.1.2 abaixo e observadas as condições e os prazos das Cláusulas abaixo: (i) a amortização extraordinária facultativa, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário

Atualizado das Debêntures, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa") ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"), conforme for o caso.

5.2.1.2. O valor da Amortização Extraordinária Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, no caso de Resgate Antecipado Facultativo, ou à parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, no caso de Amortização Extraordinária Facultativa, acrescido: (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data da primeira integralização das Debêntures de cada série até a data da Amortização Extraordinária Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária Facultativa; e (ii) de prêmio *flat* de 0,48% (quarenta e oito centésimos por cento) ao ano *pro rata temporis* calculado desde a data da Amortização Extraordinária Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo até a Data de Vencimento incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração.

5.2.1.3. A Emissora deverá comunicar, via notificação individual ou publicação de aviso aos Debenturistas, a critério da Emissora, a CETIP e os Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, sobre a realização da Amortização Extraordinária Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo. O pagamento das Debêntures resgatadas ou amortizadas será realizado de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador.

5.2.1.4. A comunicação mencionada na Cláusula 5.2.1.3 acima deverá conter ao menos: (i) a data estimada para realização da Amortização Extraordinária Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo, conforme o caso; (ii) o valor do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária Facultativa; e (iii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures que serão amortizadas, na hipótese de Amortização Extraordinária Facultativa.

5.2.1.5. Em caso de Resgate Antecipado Facultativo, as Debêntures deverão ser canceladas.

5.2.1.6. No caso de Amortização Extraordinária Facultativa, o Valor Nominal Unitário será ajustado (reduzido) de maneira que a Remuneração possa incidir sobre o saldo do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, desde a data do pagamento da respectiva Amortização Extraordinária Facultativa.

5.2.2. Resgate Antecipado Obrigatório e Amortização Extraordinária Obrigatória

5.2.2.1. A Emissora deverá realizar o resgate antecipado total das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório"), sem qualquer multa ou prêmio, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a ocorrência do primeiro desembolso no âmbito do financiamento de longo prazo a ser contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e/ou através da emissão de debêntures amparadas pelo artigo 2º da Lei 12.431/11 relacionados ao Projeto e/ou através de contratação de quaisquer outros instrumentos de financiamento de longo prazo

(entendidos como instrumentos de financiamento com prazo igual ou superior a 5 (cinco) anos), sejam contratados pela Emissora e/ou pelas SPEs ("Financiamentos de Longo Prazo"), observado que não haverá prêmio de resgate.

5.2.2.2. O valor do Resgate Antecipado Obrigatório devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data da primeira integralização das Debêntures de cada série até a data do Resgate Antecipado Obrigatório ("Valor do Resgate Antecipado").

5.2.2.3. Caso o valor do primeiro desembolso no âmbito do Financiamento de Longo Prazo não seja igual ou superior ao Valor do Resgate Antecipado, a Emissora deverá utilizar a totalidade destes recursos para realizar a amortização extraordinária obrigatória das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Extraordinária Obrigatória"), no valor obtido com o primeiro desembolso, e a medida em que novos desembolsos sejam feitos no âmbito do Financiamento de Longo Prazo, a Emissora realizará Resgate Antecipado Obrigatório ou o pagamento integral das Debêntures na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro.

5.2.2.4. A Emissora deverá comunicar, via notificação individual ou publicação de aviso aos Debenturistas, a critério da Emissora, a CETIP e os Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, sobre a realização do Resgate Antecipado Obrigatório ou da Amortização Extraordinária Obrigatória com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento do Resgate Antecipado Obrigatório ou da Amortização Extraordinária Obrigatória. O pagamento das Debêntures resgatadas ou amortizadas será realizado de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador.

5.2.2.5. A comunicação mencionada na Cláusula 5.2.2.5 acima deverá conter: (i) a data para realização da Amortização Extraordinária Obrigatória ou do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso; (ii) o Valor do Resgate Antecipado ou da Amortização Extraordinária Obrigatória; e (iii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, que serão amortizadas, na hipótese de Amortização Extraordinária Obrigatória.

5.2.2.6. Em caso de Resgate Antecipado Obrigatório, as Debêntures deverão ser canceladas.

5.2.2.7. No caso de Amortização Extraordinária Obrigatória, o Valor Nominal Unitário será ajustado (reduzido) de maneira que a Remuneração possa incidir sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, desde a data do pagamento da respectiva Amortização Extraordinária Obrigatória.

5.3. Vencimento Antecipado

5.3.1. Hipóteses de Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 5.3.1.1 e 5.3.1.2 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das

Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da data da primeira integralização das Debêntures de cada série até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (i) descumprimento, pela Emissora ou pelos Fiadores, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, prevista nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia, e/ou relativa às Debêntures SPes, se houver, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil;
- (ii) descumprimento de qualquer obrigação pecuniária decorrente do Contrato de Suporte de Acionistas por qualquer uma de suas partes, observados os prazos previstos em referido instrumento;
- (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou dos Fiadores e não devidamente elidido no prazo legal;
- (iv) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou pelos Fiadores;
- (v) se a Emissora e/ou os Fiadores propuser(em) plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial de referido plano; ou se a Emissora e/ou os Fiadores ingressar(em) em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou se a Emissora e/ou os Fiadores, por qualquer motivo, encerrar suas atividades;
- (vi) intervenção, liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou dos os Fiadores;
- (vii) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão e da Oferta, conforme descrito na Cláusula 3.5 acima;
- (viii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, das obrigações a serem assumidas nesta Escritura, sem a prévia autorização dos Debenturistas;
- (ix) questionamento pela Emissora e/ou pelos os Fiadores da validade, eficácia ou exequibilidade desta Escritura, das Garantias, da Garantia Servinoga e/ou do Contrato de Suporte de Acionistas;
- (x) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que estejam sujeitas a Emissora, a Servinoga ou qualquer um dos Fiadores, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora, pela Servinoga ou por qualquer um dos Fiadores, por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, incluindo as Debêntures SPes, e que não sejam decorrentes da presente Escritura, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a: (i) R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora, da SVP ou de qualquer das SPes; ou (ii) R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Atlantic, do FIP Actis, da Pattac ou da Servinoga.

(xi) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que estejam sujeitas a Emissora, a Servinoga ou qualquer um dos Fiadores, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora, pela Servinoga ou por qualquer um dos Fiadores, por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, e que não sejam decorrentes da presente Escritura, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a: (i) R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora, da SVP ou de qualquer das SPEs; ou (ii) R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Atlantic, do FIP Actis, da Pattac ou da Servinoga, em qualquer dos casos não sanado no prazo de cura estabelecido no respectivo instrumento ou, caso não haja previsão de prazo de cura no respectivo instrumento, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do inadimplemento;

(xii) redução do capital social da Emissora e/ou da SVP, exceto se previamente aprovado pelos Debenturistas;

(xiii) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer reorganização societária envolvendo a Emissora, a Atlantic, a SVP e as SPEs, sem a prévia autorização dos Debenturistas, exceto em caso de cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer reorganização societária entre o FIP Actis, a Pattac e a Servinoga, que: (i) o FIP Actis mantenha-se como controlador direto ou indireto da Emissora, da SVP e das SPEs detendo, ao menos, 60% (sessenta por cento) do capital social da Emissora, da SVP e das SPEs; e (ii) o FIP Actis e a Pattac, mantenham-se como controladores direto ou indireto da Emissora, da SVP e das SPEs detendo, ao menos, em conjunto, 84% (oitenta e quatro por cento) do capital social da Emissora, da SVP e das SPEs;

(xiv) transformação da Emissora em outro tipo societário;

(xv) alteração do objeto social da Emissora, da SVP, das SPEs, da Pattac e/ou da Atlantic sem a prévia autorização dos Debenturistas;

(xvi) a não ocorrência da Amortização Extraordinária Obrigatória e/ou do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme definido na Cláusula 5.2.2.1 acima;

(xvii) caso a SVP contrate novos endividamentos, com exceção: (a) de recursos recebidos de seus acionistas nos termos do Contrato de Suporte de Acionistas; (b) dos Financiamentos de Longo Prazo; e (c) de eventuais mútuos *intercompany*, desde que o direito de crédito contra a SVP decorrente de referido mútuo seja sempre subordinado aos direitos dos demais credores da SVP;

(xviii) caso a Emissora e/ou qualquer uma das SPEs contrate novos endividamentos, com exceção: (a) de recursos recebidos de seus acionistas nos termos do Contrato de Suporte de Acionistas; (b) dos Financiamentos de Longo Prazo; e (c) de eventuais mútuos *intercompany*, desde que os direitos de crédito contra a Emissora e as SPEs decorrentes de referidos mútuos sejam sempre subordinados aos direitos dos demais credores da Emissora e das SPEs;

(xix) alteração, alienação ou transferência do controle acionário direto ou indireto da Emissora, da SVP e/ou das SPEs, exceto se houver anuência prévia dos Debenturistas representando mais de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. A expressão "controle acionário"

deverá ser entendida, para fins desta Escritura, como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

(xx) celebração pela Emissora e/ou pela SVP, de contrato de mútuo, na qualidade de mutuante, exceto se referido mútuo for concedido pela Emissora e/ou para uma das SPEs;

(xxi) descumprimento, pela Emissora, SVP e/ou pelos Fiadores, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, no Contrato de Suporte de Acionistas ou nos Contratos de Garantia, observados os prazos de remediação específicos, se houver, bem como o descumprimento da Fiança pela Servinoga;

(xxii) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária decorrente do Contrato de Suporte de Acionistas por qualquer uma de suas partes não sanado no prazo de 3 (três) dias úteis;

(xxiii) comprovação de inveracidade, falsidade ou omissão material de qualquer declaração feita pela e/ou Fiadores Emissora nesta Escritura nos Contratos de Garantia ou no Contrato de Suporte de Acionistas, conforme o caso;

(xxiv) não renovação, cancelamento, revogação, encampação, caducidade ou extinção de qualquer autorização e/ou licença emitida pela ANEEL em favor da Emissora, da SVP e/ou das SPEs, desde que não sanada no prazo de 20 (vinte) dias úteis;

(xxv) desapropriação, confisco, arresto, sequestro ou penhora de bens ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda de bens da Emissora e/ou dos Fiadores que, individual ou conjuntamente, em qualquer desses casos, representem 10% (dez por cento) do ativo total da Emissora, da SVP, e/ou dos Fiadores, apurado em suas últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas, exceto se a Emissora comprovar em até 20 (vinte) dias úteis da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial com efeito suspensivo suspendendo a respectiva medida;

(xxvi) inobservância da Legislação Socioambiental, conforme definido abaixo;

(xxvii) caso as Garantias e/ou o Contrato de Suporte de Acionistas venha(m) a se tornar inválidas, ineficazes, inexecutáveis ou insuficientes;

(xxviii) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais da Emissora, da SVP e/ou das SPEs, que afetem o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, da SVP e/ou das SPEs;

(xxix) protestos de títulos contra a Emissora, a SVP /ou qualquer uma das SPEs, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas), salvo se, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado do protesto: (a) o protesto for cancelado, em qualquer hipótese; ou (b) tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; ou (c) a Emissora, a SVP e/ou qualquer uma das SPEs tiver apresentado comprovante de pagamento dos respectivos títulos protestados;

(xxx) protestos de títulos contra os Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou a Atlantic, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em

outras moedas), salvo se, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado do protesto: (a) o protesto for cancelado, em qualquer hipótese; ou (b) tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; ou (c) os Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou a Atlantic tiverem apresentado comprovante de pagamento dos respectivos títulos protestados;

(xxxii) alienação e/ou constituição e/ou prestação pela Emissora, SVP e/ou por qualquer um das SPEs, de quaisquer ônus, gravames, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade, conforme aplicável, da Emissora, SPV e/ou das SPEs, em benefício de qualquer terceiro, excetuando-se: (a) alienações ou operações decorrentes dos Contratos de Garantias e do Contrato de Suporte de Acionistas; (b) alienações ou operações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade “leasing operacional”, devidamente formalizado por meio de instrumento contratual) em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora não superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais); (c) alienações ou operações decorrentes de leis; (d) alienações ou operações com a finalidade de atender exigências incluídas nas autorizações das SPEs para desenvolvimento do Projeto; ou (e) garantias prestadas no âmbito dos Financiamentos de Longo Prazo;

(xxxiii) não cumprimento de qualquer ordem oriunda de decisão administrativa, judicial ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, por valor individual ou agregado que ultrapasse R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas);

(xxxiv) não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão administrativa, judicial ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, a SVP e/ou qualquer uma das SPEs, por valor individual ou agregado que ultrapasse R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas);

(xxxv) não cumprimento de qualquer ordem oriunda de decisão administrativa, judicial ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra os Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou a Atlantic, por valor individual ou agregado que ultrapasse R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas);

(xxxvi) comprovação de que qualquer disposição desta Escritura for revogada, rescindida, se tornar nula ou deixar de estar em pleno efeito e vigor;

(xxxvii) a existência de decisão administrativa não passível de recurso ou de sentença condenatória que seja exequível desde logo, ainda que não transitada em julgado, que verse sobre a Legislação Socioambiental, conforme definido abaixo;

(xxxviii) suspensão ou intervenção na atividade objeto das autorizações da Emissora, SVP e/ou das SPEs para desenvolvimento do Projeto, desde que tal suspensão ou intervenção não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertida em um prazo de 20 (vinte) dias úteis contado da emissão da lei, decreto ou ato normativo de natureza similar da autoridade governamental competente declarando a suspensão ou intervenção;

(xxxix) abandono total ou parcial do Projeto ou qualquer ativo relevante que esteja ligado, direta ou indiretamente, ao Projeto;

(xl) caso qualquer uma das declarações e garantias prestadas pela Emissora, SPEs e/ou pelos Fiadores nesta Escritura não sejam, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos; e

(xli) caso a estrutura de capital da SVP representada pela proporção entre a dívida bruta e capital próprio (conforme definidos abaixo) ultrapasse a relação de 70:30 respectivamente, ou seja: % Dívida Bruta / % Capital Próprio $\leq 2,3333x$, a ser calculado com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da SVP ("Índices Financeiros"), conforme detalhado abaixo:

$$\frac{\text{Dívida Bruta}}{\text{Capital Total}} \leq 70,0\%$$

$$\% \text{ Dívida Bruta} = \frac{\text{Dívida Bruta}}{\text{Capital Total}}$$

$$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Capital Total}} \geq 30,0\%$$

$$\% \text{ Capital Próprio} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Capital Total}}$$

$$\frac{\% \text{ Capital Próprio}}{\% \text{ Dívida Bruta}} \leq 2,3333x$$

Dívida Bruta: somatória de passivos onerosos como empréstimos e/ou financiamentos bancários, emissões de debêntures e outras formas de endividamento. Por se tratar do endividamento bruto não será descontada a posição de caixa e equivalentes da SVP e/ou de suas controladas diretas e indiretas

Capital Próprio: capital social subscrito e integralizado devidamente formalizado através de ata de aumento de capital e/ou balanço auditado. Não será considerado capital próprio adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") e/ou outras formas de capitalização informal da SVP.

Capital Total: Dívida Bruta + Capital Próprio.

5.3.1.1. Os valores mencionados nos itens da Cláusula 5.3.1 acima serão reajustados ou corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (i) a (xx) e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá, assim que ciente, declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, no prazo estabelecido na Cláusula 5.3.3 abaixo.

5.3.1.2. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento excetuados os mencionados na Cláusula 5.3.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá, assim que ciente, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para deliberar por mais de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8 abaixo. Caso os Debenturistas decidam contra o vencimento antecipado das Debêntures, tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia, sendo certo que será declarado o vencimento antecipado das Debêntures caso não seja atingido o *quorum* de instalação em primeira ou segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas.

5.3.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada ou com aviso de recebimento expedido pelo correio informando tal evento: (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Liquidante e Escriturador.

5.3.3. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das Debêntures deverá ser efetuado em até 2 (dois) dias úteis, em uma única data, obrigando-se a Emissora a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a data da primeira integralização das Debêntures de cada série até a data do pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

5.3.4. Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.3 acima, além da Remuneração devida, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme previsto na Cláusula 4.8.3 acima.

5.3.5. No caso de um dos Eventos de Inadimplemento vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.3.2 acima, no que diz respeito às Debêntures registradas na CETIP, para que a realização do pagamento de que trata a Cláusula 5.3.4 acima ocorra por meio da CETIP, esta deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

6.1. A Emissora, a SVP, a Atlantic e as SPEs, exceto se disposto expressamente de maneira contrária, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obrigam a:

(i) disponibilizar ao Agente Fiduciário:

- (a) em até 90 (noventa) dias contados da data do encerramento de cada exercício social, cópia de das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora, da SVP e da Atlantic relativas ao respectivo exercício social preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração, bem como a memória de cálculo,

elaborada pela Emissora, SVP e Atlantic contendo todas as rubricas necessárias que demonstrem o cumprimento dos Índices Financeiros, os quais estarão devidamente evidenciados nas notas explicativas das demonstrações financeiras auditadas pelos auditores independentes contratados pela Emissora, SVP e Atlantic sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos referidos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo o mesmo solicitar à Emissora, à SVP e/ou à Atlantic, bem como a seus respectivos auditores independentes, todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, bem como do envio de declaração, assinada por representante legal da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (b) não ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora.

- (b) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contado da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados;
- (c) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data do respectivo descumprimento pela Emissora, SVP, Atlantic e/ou SPEs;
- (d) dentro de 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação que venha a ser solicitada à Emissora, SVP, Atlantic e/ou às SPEs pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (e) qualquer informação relevante sobre a presente Emissão que venha a ser solicitada à Emissora, SVP, Atlantic e/ou às SPEs pelo Agente Fiduciário no prazo de até 2 (dois) dias úteis após solicitação escrita nesse sentido feita pelo Agente Fiduciário;
- (f) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, conforme aplicável, relacionada aos Eventos de Inadimplemento, em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis após o seu recebimento;
- (g) enviar ao Agente Fiduciário o relatório disponibilizado no site da ANEEL referente a sua fiscalização, no prazo de 3 (três) dias úteis da sua divulgação, com o resultado de sua vistoria e as sugestões da Emissora que lhe parecerem necessárias para prevenir ou corrigir deficiências ou irregularidades que observar nos Projetos; e

- (h) entregar ao Agente Fiduciário, com cópia aos Debenturistas, em até 10 (dez) dias contados a partir de cada medição trimestral, parecer técnico a ser elaborado por empresa de engenharia independente ("Engenheiro Independente") abordando a avaliação e verificação do desenvolvimento físico-financeiro das obras realizadas no âmbito do Projeto ("Parecer Técnico"); sendo certo que as medições trimestrais aqui previstas são realizadas até o 15º (décimo quinto) dia de cada trimestre. Para os fins da presente alínea, o primeiro Parecer Técnico foi entregue pelo Engenheiro Independente em abril de 2015, tendo como referência o trimestre finalizado em março de 2015.
- (ii) manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, da SVP, das SPEs, e/ou do Projeto;
- (iii) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial pela Emissora, SVP, Atlantic e/ou SPEs;
- (iv) cumprir com a Legislação Socioambiental aplicável, conforme abaixo definida, em especial com relação aos seus projetos e atividades de qualquer forma beneficiados pela Emissão;
- (v) manter vigentes as apólices de seguros necessárias para a cobertura do Projeto, conforme as práticas usuais de mercado na data de celebração desta Escritura;
- (vi) notificar o Agente Fiduciário sobre: (i) a ocorrência de quaisquer Evento de Inadimplemento em até 1 (um) dia útil contado da data em que a Emissora tomar conhecimento de sua ocorrência; (ii) a contratação de quaisquer Financiamentos de Longo Prazo em até 1 (um) dia útil contado da referida contratação; e (iii) qualquer publicação, pela ANEEL, de despacho referente à entrada em operação comercial da Emissora e/ou das SPEs, entregando-lhe cópia simples da referida publicação em até 1 (um) dia útil contado da data em que a Emissora tomar conhecimento de sua ocorrência;
- (vii) notificar o Agente Fiduciário, em até 1 (um) dia útil contado da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias, reputacionais ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (a) possam afetar negativamente o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou (b) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (viii) cumprir com suas obrigações relacionadas ao pagamento de todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta;
- (ix) prestar informações ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, de valor individual ou agregado superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);

- (x) quando solicitado fornecer ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias, cópia de licenças, autorizações, autuações, processos judiciais ou administrativos, ou outros documentos relativos a Emissora, a SVP, as SPEs, e/ou o Projeto relacionados à Legislação Socioambiental aplicável, conforme abaixo definida;
- (xi) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (xii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (xiii) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (xiv) a Emissora deve ainda atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.
- (xv) não distribuir dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro ou qualquer outra forma de distribuição de recursos, a seus acionistas, controladores (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio;

- (xvi) cumprir todo dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13 e a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 e o UK Bribery Act 2010, conforme aplicável, pela Emissora ou suas coligadas e controladas;
- (xvii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- (xviii) cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Cumprir a legislação e regulamentação trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional, inclusive quanto a não utilização de mão de obra infantil e/ou em condições análogas a de escravo (legislação e regulamentação ambiental e trabalhista doravante denominadas "Legislação Socioambiental");
- (xix) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, no que se refere à Oferta, com envio de documentos, se for o caso, prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- (xx) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (xxi) caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas à presente Emissão;
- (xxii) não realizar operações ou praticar qualquer ato em desacordo com seu objeto social, especialmente aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (xxiii) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nos itens (x) e (xii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo solicitado; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;
- (xxiv) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitada e convocada nos prazos previstos nesta Escritura;

6.2. Para fins do disposto nas alíneas (g) e (h) do inciso (i) da Cláusula 6.1 acima, a Emissora encontra-se ciente e de acordo que o envio do relatório previsto na referida alínea (g) e do Parecer Técnico previsto na referida alínea (h) possuirão caráter meramente informativo, não importando em qualquer obrigação ou responsabilidade do Agente Fiduciário, em qualquer momento, por qualquer ato, fato ou prejuízo.

6.3. O Agente Fiduciário deverá enviar o relatório mencionado na alínea (g) do inciso (i) da Cláusula 6.1. acima, em até 2 (dois) dias úteis contado do respectivo recebimento, aos Debenturistas, nos endereços por eles indicados na forma da Cláusula 6.4. abaixo.

6.4. Para que o Agente Fiduciário possa cumprir com as obrigações previstas na Cláusula 6.3. acima, os Debenturistas deverão, na data de subscrição e integralização das Debêntures, enviar ao Agente Fiduciário, por e-mail, conforme informações previstas na Cláusula 10.1 abaixo, seus respectivos dados de contato. Uma vez que tenha recebido os dados de contato dos Debenturistas no prazo e forma previstos nesta Cláusula, o Agente Fiduciário não poderá se escusar da obrigação prevista nas Cláusulas 6.2. e 6.3. acima.

6.5. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

6.6. As Partes encontram-se cientes e de acordo que o envio das notas fiscais, faturas e demais documentos comprovantes da operação do projeto, mencionados no inciso (xxx) da cláusula 6.1 acima, ao Agente Fiduciário possuirá caráter meramente informativo, não importando em qualquer obrigação ou responsabilidade deste, em qualquer momento, por qualquer ato, fato ou prejuízo.

6.7. Os Fiadores e a Servinoga, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obrigam a:

- (i) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (ii) uma vez formalizadas e constituídas, manter sempre válidas e exigíveis as Garantias e a Garantia Servinoga;
- (iii) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das obrigações garantidas pelas Garantias, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre as obrigações garantidas, incluindo, mas não se limitando aos bens dos Contratos de Garantia, contra quaisquer processos administrativos ou judiciais que venham a ser propostos por terceiros e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa as obrigações garantidas;

- (iv) notificar em até 1 (um) dia útil os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (v) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário nas hipóteses previstas nesta Escritura, os Fiadores devem realizar o pagamento do Valor Garantido, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento de notificação, e a Servinoga será executada nos termos da Garantia Servinoga; e
- (vi) cumprir com Legislação Socioambiental aplicável, em especial com relação aos seus projetos e atividades de qualquer forma beneficiados pela Emissão.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de debenturistas perante a Emissora.

7.1.1. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

- (ix) que verificou, no momento que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;
- (xi) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990; e
- (xii) para fins do parágrafo 2º do artigo 10 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário informa que para fins do disposto na Instrução CVM 28, na data da assinatura da presente Escritura, o Agente Fiduciário identificou que presta serviço de agente fiduciário na 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da SVP ("2ª Emissão da SVP"), com data de emissão em 06 de janeiro de 2015, em que foram emitidas 20.000 (vinte mil) debêntures, sendo 12.000 (doze mil) debêntures para a 1ª série e 8.000 (oito mil) debêntures para a 2ª série, na data de emissão, no valor de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), sendo R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) o montante total da emissão da primeira série e R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) o montante total da emissão da segunda série, com data de vencimento em 06 de janeiro de 2016 para ambas as séries. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da SVP são garantidas por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do projeto detidos pelas SPEs e pela Emissora, por alienação fiduciária de ações de emissão das SPEs e pela Emissora detidas pela SVP, por cessão fiduciária de direitos decorrentes das autorizações das SPEs e da Emissora, bem como dos CCEARs das SPEs e da Emissora, por garantia fidejussória prestada pelos Acionistas Atlantic e pela Atlantic, conforme previsto na respectiva escritura de emissão.

7.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEPAR, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) custear: (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, exceto aqueles objetos da presente Escritura, todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, ressalvado o previsto na Cláusula 7.7.4 abaixo, que correrão integralmente por conta da Emissora; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vii) promover, às expensas da Emissora, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (x) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como valor dos bens dos Contratos de Garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do inciso "ix" do artigo 12, da Instrução CVM 28;
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xiii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9.1 acima;
- (xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal Unitário, pagamento e repactuação, se o caso, da Remuneração realizada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (j) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias;
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
 - (l) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.
- (xvi) colocar o relatório de que trata o item (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no escritório do Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM; e
 - (d) na CETIP.
- (xvii) publicar, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas de que o relatório de que trata o item (xv) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xvi) acima;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante e Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo

Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;

- (xix) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xxi) acompanhar com o Banco Liquidante na Data de Vencimento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura; e
- (xxii) disponibilizar, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o cálculo do Valor Nominal Unitário e da Remuneração das Debêntures a ser realizado pela Emissora.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração correspondente e demais encargos devidos nas condições especificadas, observadas as condições desta Escritura;
- (ii) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (v) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese do item (v) da Cláusula 7.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

7.7. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$5.000,00 (cinco mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela

devida no 5º (quinto) dia útil contado da data de celebração desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o resgate total das Debêntures.

7.7.1. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.7.2. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 7.7 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die*.

7.7.3. Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondem a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

7.7.4. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, se assim expressamente notificado.

7.7.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.7.6. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.7.7. A remuneração prevista nas Cláusulas acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na Escritura, como configuradores de vencimento antecipado.

7.7.8. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e ressarcidas pela Emissora. Caso a Emissora se recuse a pagar, as despesas poderão ser adiantadas pelos Debenturistas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, bem como às demais despesas efetuadas por este no decorrer da sua atuação, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a

remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. As despesas a serem realizadas pelo Agente Fiduciário deverão ser, sempre que possível, previamente aprovados pela Emissora, devendo o Agente Fiduciário enviar cópia de todos os comprovantes de despesas, para que a Emissora possa acompanhar tais gastos.

7.9. As despesas previstas acima necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço são: publicações em geral, notificações, extração de certidões, *conference calls*, contatos telefônicos, viagens, transportes, alimentação, estadias, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, despesas ou indenizações eventualmente pagas em decorrência da constituição da Garantia Servinoga prevista na Cláusula 4.1.10.2.11, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

7.9.1. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

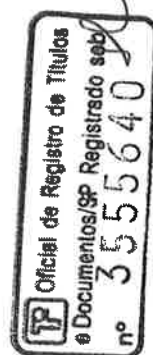
8.1. Os Debenturistas de cada uma das séries, quando existentes, poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral comum às três séries, quando existentes, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, exceto no que se refere à Cessão Fiduciária *Cash Collateral*, que deverá ser deliberada apenas por Debenturistas da Segunda Série ("Assembleia Geral de Debenturistas").

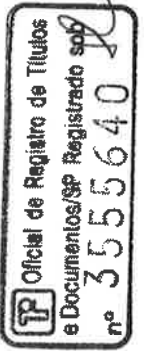
8.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, conforme Cláusula 4.9.1 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.5. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias contado da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) dias contado da nova publicação do edital de convocação.





8.6. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.7. Independentemente das formalidades previstas na Cláusula 8.6 acima, será considerada regular a assembleia-geral a que comparecerem todos os Debenturistas.

8.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.10. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.11. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por mais de 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura, e nas hipóteses de alteração de prazos, valor, forma de remuneração das Debêntures, garantias, *quora* e eventos de vencimento antecipado, amortização extraordinária e resgate antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

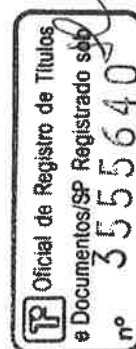
8.11.1. A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

8.11.2. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante as Partes, e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS FIADORES

9.1. A Emissora, a SVP e as SPEs declaram e garantem, cada uma delas individualmente e em relação a si própria, que, na data de assinatura desta Escritura:

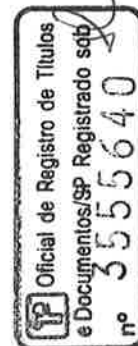
- (i) A Emissora, a SVP e as SPEs são sociedades por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) A Emissora, a SVP e as SPEs estão devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, o Contrato de Suporte de Acionistas e os Contratos de Garantia e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto;



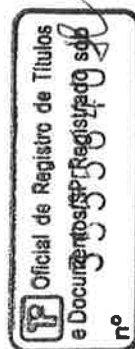
- (iii) a celebração desta Escritura, do Contrato de Suporte de Acionistas e dos Contratos de Garantia e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas não infringem as Portarias do Ministério de Minas e Energia números: 361, de 22 de julho de 2014; 357, de 22 de julho de 2014; 380, de 29 de julho de 2014; 326, de 11 de julho de 2014; 334, de 14 de julho de 2014; 335, de 14 de julho de 2014; 344, de 17 de julho de 2014; 343, de 17 de julho de 2014; 362, de 22 de julho de 2014; e 326, de 22 de julho de 2014 ("Autorizações") ou qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora, inclusive em relação ao Projeto;
- (iv) os representantes legais da Emissora, da SVP e das SPEs que assinam esta Escritura, o Contrato de Suporte de Acionistas e os Contratos de Garantia têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações aqui e ali estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures, bem como a celebração do Contrato de Suporte de Acionistas e dos Contratos de Garantia, não infringem: (i) qualquer disposição legal ou regulamentar, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, inclusive, mas não se limitando, às Autorizações, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que seja de seu conhecimento e que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (vi) A Emissora, a SVP e as SPEs cumprem o disposto na Legislação Socioambiental, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (vii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCEPAR e do registro das Debêntures na CETIP;
- (viii) tem e estão válidas todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora não tem ciência nem foi notificada acerca de qualquer procedimento administrativo, inquérito ou outro tipo de investigação governamental ou de qualquer procedimento judicial que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, a intervenção na autorização relacionada ao Projeto ou que possa resultar extinção da autorização do Projeto nos termos dos artigos 35 a 38 da Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas

datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;

- (x) cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (xi) a Emissora está cumprindo os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou das controladas, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (xii) observa irrestritamente Legislação Socioambiental aplicável às suas atividades e projetos, possuindo, inclusive, todas as licenças ambientais exigidas e observando a regulamentação trabalhista e social no que tange à saúde e segurança ocupacional e à não utilização de mão de obra infantil ou análoga à escravidão;
- (xiii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Oferta;
- (xiv) todos os bens e direitos objeto dos Contratos de Garantia são de sua legítima e exclusiva propriedade/titularidade e/ou dos Fiadores e/ou de empresas do grupo econômico da Emissora e/ou dos Fiadores, conforme o caso, e se encontram livres e desembaraçados de quaisquer constringências ou ônus, encargos e/ou gravames, diminuições ou restrições de qualquer natureza, exceto pelos criados pelos Contratos de Garantia;
- (xv) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie e de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xvi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xvii) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação dos quais tenham sido citadas na forma da lei que, possa vir a causar um impacto adverso na Emissora, suas controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (xviii) não há fatos relativos à Emissora, a suas controladas e coligadas, às Debêntures ao Contrato de Suporte de Acionistas ou aos Contratos de Garantia, que, até a Data de Emissão, não tenham sido divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (xix) não prestou declarações falsas, imprecisas ou incompletas ao Agente Fiduciário;



- (xx) não há pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar um impacto adverso na Emissora; e
- (xxi) inexistência de violação ou indício de violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13 e a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e o *UK Bribery Act 2010*, conforme aplicável, pela Emissora ou suas coligadas e controladas.



9.2. Os Acionistas Fiadores Brasileiros e a Atlantic declaram e garantem, cada um deles individualmente e em relação a si próprio, que, na data de assinatura desta Escritura:

- (i) o FIP Actis é um fundo de investimento em participações constituído nos termos da regulamentação aplicável, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizado a desempenhar as atividades descritas em seu regulamento;
- (ii) a Pattac é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (iii) a Atlantic é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (iv) a Atlantic e a Pattac estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura, os Contratos de Garantia e o Contrato de Suporte de Acionistas e o FIP Actis está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e o Contrato de Suporte de Acionistas, e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (v) a celebração desta Escritura, do Contrato de Suporte de Acionistas e dos Contratos de Garantia pela Atlantic e pela Pattac e a celebração desta Escritura e do Contrato de Suporte de Acionistas pelo FIP Actis, e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelos Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou pela Atlantic;
- (vi) os representantes legais que assinam esta Escritura, o Contrato de Suporte de Acionistas e os Contratos de Garantia pela Atlantic e pela Pattac e os representantes legais que assinam esta Escritura e o Contrato de Suporte de Acionistas pelo FIP Actis têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações aqui e ali estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (vii) a celebração desta Escritura, do Contrato de Suporte de Acionistas e dos Contratos de Garantia pela Atlantic e pela Pattac e a celebração desta Escritura e do Contrato de Suporte de Acionistas pelo FIP Actis não infringem: (i) qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais os Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou a

Atlantic sejam parte, ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que os Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou a Atlantic ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que seja de seus conhecimentos e que afetem os Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou a Atlantic ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (viii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Atlantic e pela Pattac, de suas obrigações nos termos desta Escritura, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Suporte de Acionistas e, pelo FIP Actis, de suas obrigações nos termos desta Escritura e do Contrato de Suporte de Acionistas, bem como das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCEPAR e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes das Partes, o registro do Contrato de Suporte de Acionistas e dos Contratos de Garantia nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, e do registro das Debêntures na CETIP;
- (ix) somente com relação à Atlantic e à Pattac, têm todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Atlantic e a Pattac não têm ciência nem foram notificados acerca de qualquer procedimento administrativo, inquérito ou outro tipo de investigação governamental ou de qualquer procedimento judicial que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (x) observam irrestritamente Legislação Socioambiental aplicável às suas atividades e projetos, possuindo, inclusive, todas as licenças ambientais exigidas e observando a regulamentação trabalhista e social no que tange à saúde e segurança ocupacional e à não utilização de mão de obra infantil ou análoga à escravidão;
- (xi) as demonstrações financeiras dos Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou da Atlantic, datadas de 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 representam corretamente a posição patrimonial e financeira dos Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou da Atlantic naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências dos Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou da Atlantic;
- (xii) pela Atlantic e pela Pattac cumprirão com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Suporte de Acionistas e o FIP Actis cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura e do Contrato de Suporte de Acionistas;
- (xiii) os Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou da Atlantic estão cumprindo os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou das controladas, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial,

constantes das demonstrações financeiras dos Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou da Atlantic;

- (xiv) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Oferta;
- (xv) têm plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pelos Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou da Atlantic, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xvi) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que possa vir a causar impacto adverso nos Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou da Atlantic, suas controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, e/ou que possam afetar a capacidade da Atlantic e da Pattac de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e no Contrato de Suporte de Acionistas e/ou que possam afetar a capacidade do FIP Actis de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura e no Contrato de Suporte de Acionistas;
- (xvii) não há fatos relativos aos Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou da Atlantic ou às Debêntures, que, até a Data de Emissão, não tenham sido divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (xviii) não prestou declarações falsas, imprecisas ou incompletas ao Agente Fiduciário, e não há, no melhor conhecimento dos Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou da Atlantic, pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar um impacto adverso relevante nos Acionistas Fiadores Brasileiros e/ou da Atlantic; e
- (xix) inexistência ou indício de violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13 e a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e o *UK Bribery Act 2010*, conforme aplicável, pela Emissora ou suas coligadas e controladas.

10. COMUNICAÇÕES

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

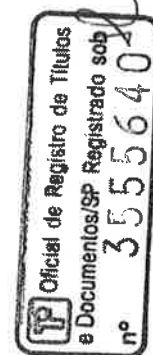
(i) Para a Emissora:

SANTA VITÓRIA DO PALMAR X ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, Curitiba/PR

At.: Sr. José Roberto de Moraes e Sr. Thiago Correa Marder

Tel: (41) 3079-7100



E-mail: jroberto@atlanticenergias.com.br e thiago.marder@atlanticenergias.com.br

(ii) Para a Atlantic:

ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, Curitiba/PR

At.: Sr. José Roberto de Moraes e Sr. Thiago Correa Marder

Tel: (41) 3079-7100

E-mail: jroberto@atlanticenergias.com.br e thiago.marder@atlanticenergias.com.br

(iii) Para os Acionistas Fiadores Brasileiros:

ACTIS BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2601, 8º andar, cj. 84, Jardim Paulistano
São Paulo/SP

At.: Sr. Sergio Guimarães de Mello Brandão e Sr. Bruno Marques de Moraes

Tel: (11) 3844-6300

E-mail: sbrandao@act.is e bmoraes@act.is

PATTAC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 231, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, Curitiba/PR

At.: Sr. Marcelo Leite Marder e Sr. Thiago Correa Marder

Tel: (41) 3079-7100

E-mail: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br e thiago.marder@atlanticenergias.com.br

(iv) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 8, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca
CEP 22640-102, Rio de Janeiro/RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

(v) Para a SVP e quaisquer das SPEs:

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Centro Empresarial Eng. José Joaquim, Centro, CEP 80430-180, Curitiba/PR

At.: Sr. José Roberto de Moraes e Sr. Thiago Correa Marder

Tel: (41) 3079-7100

E-mail: jroberto@atlanticenergias.com.br e thiago.marder@atlanticenergias.com.br

(vi) Para o Banco Liquidante e Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara
CEP 06029-900, Osasco, SP

At.: João Batista de Souza / Fabio da Cruz Tomo

Telefone: (11) 3684-7911 / 3684-2852

Fac-símile: (11) 3684-5645

Correio Eletrônico: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

(vii) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

Rio de Janeiro, RJ

CEP 20031-170

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

São Paulo, SP

CEP 01452-001

At.: Superintendência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

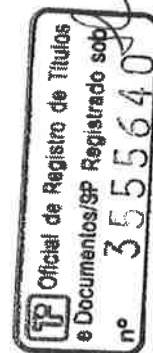
10.1.2. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Liquidante e Escriturador, ao Agente Fiduciário pela Emissora.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados declarados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias consecutivos.

11.2. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução da CVM nº 28, conforme alterada e dos artigos



aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

11.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

11.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

11.5. A Emissora e/ou os Fiadores não poderão alienar ou ceder a presente Escritura, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura, sem o consentimento prévio da totalidade dos Debenturistas. Os Debenturistas poderão alienar ou ceder, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente das Debêntures, incluindo desta Escritura sem a necessidade de obtenção do consentimento prévio da Emissora e/ou dos Fiadores.

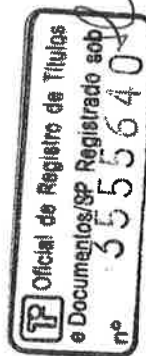
11.6. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.7. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.8. As Partes concordam que a presente Escritura, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente: (i) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (ii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

11.9. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.10. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.



11.11. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11.12. Correrão por conta da Emissora, da SVP e dos Fiadores todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures e do Contratos de Fiança, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, dos Coordenadores e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures e à Fiança.

12. FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

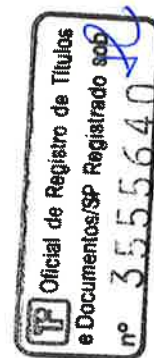
E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Curitiba/PR, 06 de janeiro de 2016.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinatura.)



(Página de assinaturas 1/5 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, em 3 (três) Séries da Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.)



SANTA VITÓRIA DO PALMAR X ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Emissora

Por:

Cargo:

João Luiz M. de Mello

RG 7.629.183-7

CPF 007 362.009-24

OAB/PR 37.011

Por:

Cargo:

Silvia Rocha

OAB/PR nº 47.904

ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Fiador

Por:

Cargo:

Thiago Correa Marder

CPF/MF 034.048.069-64

Por:

Cargo:

Silvia Rocha

OAB/PR nº 47.904

ACTIS BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Fiador

Por:

Cargo:

Sergio Guimarães de M. Brandão

RG: 12.566.416 SSP / SP

CPF: 089.623.928-44

Por:

Cargo:

PATAC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Fiador

Por:

Cargo:

Thiago Correa Marder

CPF/MF 034.048.069-64

Por:

Cargo:

SANTA VITÓRIA DO PALMAR I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Fiador

Por:

Cargo:

João Luiz M. de Mello

RG 7.629.183-7 PR

CPF 007 362.009-24

OAB/PR 37.011

Thiago Correa Marder

CPF/MF 034.048.069-64

Por:

Cargo:

Silvia Rocha

OAB/PR nº 47.904

SANTA VITÓRIA DO PALMAR II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Fiador

Por:

Cargo:

João Luiz M. de Mello

RG 7.629.183-7 PR

CPF 007 362.009-24

OAB/PR 37.011

Thiago Correa Marder

CPF/MF 034.048.069-64

Por:

Cargo:

Silvia Rocha

OAB/PR nº 47.904

(Página de assinaturas 2/5 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, em 3 (três) Séries da Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.)

SANTA VITÓRIA DO PALMAR ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Fiador

Por:

Cargo:

Silvia Rocha
OAB/PR nº 47.904

Por:

Cargo:

Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64
João Luiz M. de Mello
RG 7.629.183-7 PR
CPF 007.362.009-24
OAB/PR 37.011

SANTA VITÓRIA DO PALMAR III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Fiador

Por:

Cargo:

Silvia Rocha
OAB/PR nº 47.904

Por:

Cargo:

Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64
João Luiz M. de Mello
RG 7.629.183-7 PR
CPF 007.362.009-24
OAB/PR 37.011

SANTA VITÓRIA DO PALMAR IV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Fiador

Por:

Cargo:

Silvia Rocha
OAB/PR nº 47.904

Por:

Cargo:

Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64
João Luiz M. de Mello
RG 7.629.183-7 PR
CPF 007.362.009-24
OAB/PR 37.011

SANTA VITÓRIA DO PALMAR V ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Fiador

Por:

Cargo:

Silvia Rocha
OAB/PR nº 47.904

Por:

Cargo:

Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64
João Luiz M. de Mello
RG 7.629.183-7 PR
CPF 007.362.009-24
OAB/PR 37.011

SANTA VITÓRIA DO PALMAR VI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Fiador

Por:

Cargo:

Silvia Rocha
OAB/PR nº 47.904

Por:

Cargo:

Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64
João Luiz M. de Mello
RG 7.629.183-7 PR
CPF 007.362.009-24
OAB/PR 37.011

SANTA VITÓRIA DO PALMAR VII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Fiador

Por:

Cargo:

Silvia Rocha
OAB/PR nº 47.904

Por:

Cargo:

Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64
João Luiz M. de Mello
RG 7.629.183-7 PR
CPF 007.362.009-24
OAB/PR 37.011



(Página de assinaturas 2/5 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, em 3 (três) Séries da Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.)

SANTA VITÓRIA DO PALMAR ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Fiador

Por:

Cargo:

Silvia Rocha
OAB/PR nº 47.904

Por:

Cargo:

Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64
João Luiz M. de Mello
RG 7.629.183-7 PR
CPF 007.362.009-24
OAB/PR 37.011

SANTA VITÓRIA DO PALMAR III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Fiador

Por:

Cargo:

Silvia Rocha
OAB/PR nº 47.904

Por:

Cargo:

Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64
João Luiz M. de Mello
RG 7.629.183-7 PR
CPF 007.362.009-24
OAB/PR 37.011

SANTA VITÓRIA DO PALMAR IV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Fiador

Por:

Cargo:

Silvia Rocha
OAB/PR nº 47.904

Por:

Cargo:

Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64
João Luiz M. de Mello
RG 7.629.183-7 PR
CPF 007.362.009-24
OAB/PR 37.011

SANTA VITÓRIA DO PALMAR V ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Fiador

Por:

Cargo:

Silvia Rocha
OAB/PR nº 47.904

Por:

Cargo:

Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64
João Luiz M. de Mello
RG 7.629.183-7 PR
CPF 007.362.009-24
OAB/PR 37.011

SANTA VITÓRIA DO PALMAR VI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Fiador

Por:

Cargo:

Silvia Rocha
OAB/PR nº 47.904

Por:

Cargo:

Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64
João Luiz M. de Mello
RG 7.629.183-7 PR
CPF 007.362.009-24
OAB/PR 37.011

SANTA VITÓRIA DO PALMAR VII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Fiador

Por:

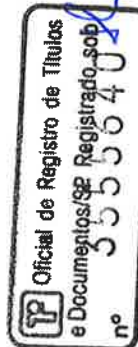
Cargo:

Silvia Rocha
OAB/PR nº 47.904

Por:

Cargo:

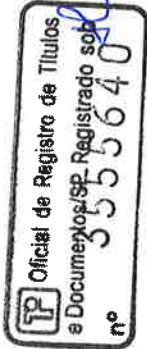
Thiago Correa Marder
CPF/MF 034.048.069-64
João Luiz M. de Mello
RG 7.629.183-7 PR
CPF 007.362.009-24
OAB/PR 37.011



(Página de assinaturas 4/5 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, em 3 (três) Séries da Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: Ana Beatriz Mendes Ribeiro
Cargo: Procuradora



Emol. R\$ 3.249,37
Estado R\$ 923,51
Ipesp R\$ 476,12
R. Civil R\$ 171,02
T. Justiça R\$ 223,00
M. Público R\$ 155,97
Iss R\$ 64,98

Total R\$ 5.263,97
Selos e taxas
Recolhidos p/verba

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25
Paulo Roberto de Carvalho Rêgo - Oficial
Protocolado e prenotado sob o n. **3.567.069** em
07/01/2016 e registrado, hoje, em microfilme
sob o n. **3.555.640**, em títulos e documentos.
São Paulo, 07 de janeiro de 2016



Paulo Roberto de Carvalho Rêgo - Oficial
Liovaldo Cagnotto - Oficial Substituto


Liovaldo Cagnotto
Substituto



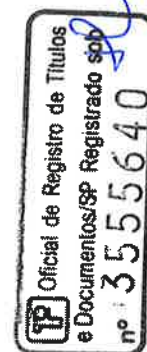
Registro de Títulos e Documentos
Charles da Silva Pedro
Escritor

(Página de assinaturas 5/5 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, em 3 (três) Séries da Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.)

TESTEMUNHAS:

1. Fernanda M Silva
Nome: Fernanda Silva
RG: 28.569.558-7 *SS-SP*
CPF: 283.839.718-42

2. Deborah Moro Silva
Nome: Deborah Moro Silva
RG: 32.651.730-3 *SSP-SP*
CPF: 297.730.538-65

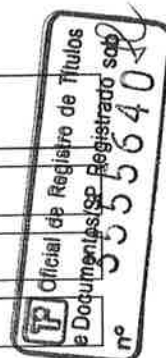


Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 18.686.879/0001-32 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 07/08/2013	
NOME EMPRESARIAL ACTIS BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.70-1-01 - Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 222-4 - CLUBE/FUNDO DE INVESTIMENTO			
LOGRADOURO AV BRIGADEIRO FARIA LIMA 2601		NÚMERO 2601	COMPLEMENTO ANDAR: 8; CONJ: 84;
CEP 01.452-924	BAIRRO/DISTRITO JARDIM PAULISTANO	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO FRANCISCO@LIONSTRUST.COM.BR		TELEFONE (11) 5053-5880	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/08/2013	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	




Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **07/01/2016** às **11:22:54** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)

 Preparar Página para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)